

**Ata da 81ª Plenária do Conselho Municipal de
Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH**

Aos dez de março de 2005, às 14h30min, no auditório da Casa dos Conselhos, situado na Rua Eurita, 587 – Bairro Santa Tereza, foi iniciada a 81ª Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/BH. O presidente abriu a Plenária solicitando a leitura da ata da 80ª Plenária, que foi lida pela técnica do Conselho, Rosângela Cristina dos Santos. Foram sugeridas alterações na ata, sendo que os Conselheiros Mário César Rocha Moreira e Maria Aparecida Bordim Brasil solicitaram que as próximas atas sejam corrigidas por um profissional da língua portuguesa. Colocada em votação, a ata foi aprovada. O vice-presidente Ronaldo José Sena Camargos apresentou o principal ponto de pauta, a discussão do Programa Bolsa Família, considerando a necessidade dos conselheiros da assistência social em aprofundar o conhecimento do Programa e como sua execução tem se dado em Belo Horizonte. A coordenadora do Programa Bolsa Família, Márcia M. Teixeira, foi então convidada a iniciar sua exposição. Márcia informou que já havia deflagrado esta discussão junto a Mesa Diretora, que propôs levar a ampliação do tema para a Plenária. Destacou que a meta do Governo Federal para o Programa Bolsa Família no Brasil é atingir 6,5 milhões de famílias e que em BH já são atendidos 77.950 famílias, sendo que a grande maioria destas migraram de outros programas sociais para o Bolsa Família. Destacou que o município de Belo Horizonte está em processo avançado no que se refere a mensuração dos dados qualitativos e quantitativos, consequência do investimento histórico dos últimos anos nas Políticas Sociais. Desta forma a experiência do Bolsa Família usufruiu em muito dos dados do Programa Bolsa Escola Municipal, que possui um banco de informações próprias. Márcia destacou que o acesso ao Programa se dá pela avaliação da renda, que prioriza famílias com per capita de R\$100,00 a R\$50,00, além de considerar outros indicadores relevantes como condições de moradia e acesso a bens de consumo. A inclusão neste Programa se dá via Bolsa Escola e via equipamentos regionais da rede de atendimentos sociais, como NAF, SOSF, Conselho Tutelar. Ressaltou que o Programa prevê o alcance de algumas condicionalidades dentre seus assistidos, a saber: na Educação - apura frequência escolar de crianças adolescente de 6 a 15 anos - na saúde - verifica a vacinação e considera os riscos elevados de saúde, renda, infra-estrutura, mediante parceria com os agentes

comunitários - e na assistência social realiza o acompanhamento de 400 crianças que recebem bolsa do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Concluindo sua apresentação Márcia avaliou os avanços do Programa Bolsa Família especificamente em BH, que se efetiva principalmente no acompanhamento das condicionalidades, na relação das políticas intersetoriais, na centralidade das ações na família, e não no indivíduo, e na implantação de Núcleos do Programa nas regionais, dentre outros. Após sua exposição, os presentes fizeram algumas considerações, sendo elas: o Conselheiro Hélio Emiliano Moreira ressaltou que o fortalecimento do Controle Social deste Programa deve se dar por intermédio das Comissões Locais de Assistência; o Conselheiro Jamil Amim Galuppo Mattar solicitou esclarecimentos quanto ao valor diferenciado do benefício; a conselheira Maria Aparecida Bordim comentou que os programas de transferência de renda mínima encontram-se dentro da perspectiva de uma Política Pública. Vários conselheiros parabenizaram a participação e o entusiasmo da coordenadora do Programa Bolsa Família, que finalizou sua fala respondendo as questões e reconhecendo a importância do Controle Social no Programa Bolsa Família, defendendo um modelo de Conselho para o programa que privilegie a participação da base local, bem como a dos usuários. O conselheiro Ronaldo Sena agradeceu a presença da Coordenadora Márcia Teixeira e informou a existência de uma pesquisa realizada na PUC São Paulo, cuja temática é a “Importância do Bolsa Família nos Municípios Brasileiros”, que se encontra disponível na Internet. Ronaldo Sena lembrou ainda a passagem do Dia da Mulher e a contribuição do universo feminino nos dias atuais. O conselheiro Hélio Emiliano propôs que se fizesse uma oração comum e o presidente encerrou a Plenária reiterando agradecimentos a expositora. Nada mais havendo a tratar, eu Sandra Regina Ferreira Barbosa, Segunda Secretária da Diretoria do CMAS/BH, lavro e assino a presente ata, Belo Horizonte, 10 de março de 2005.